



A CULTURA POPULAR E A EROTIZAÇÃO DAS GAROTINHAS¹

Valerie Walkerdine

Se os estudos da cultura popular têm ignorado amplamente as crianças pequenas e os estudos sobre meninas estão limitados às adolescentes, a descrição das meninas pequenas como erotizadas – as meninas pequenas e a sexualidade – é uma questão que toca várias áreas muito difíceis e freqüentemente consideradas tabu. O feminismo tem falado pouco sobre as meninas pequenas, exceto através de estudos sobre socialização e estereotipização dos papéis sexuais. No que toca à sexualidade, quase toda a atenção tem sido focalizada nas mulheres jovens. As garotinhas entram nos debates sobre as memórias femininas de sua própria infância, principalmente nas discussões das fantasias sexuais de meninas pequenas que envolvem seus pais ou homens adultos: no caso de Dora relatado por Freud, no debate envolvendo a afirmação de Masson de que Freud suprimiu a evidência de que muitas de suas pacientes mulheres tinham sido abusadas na infância, e, claro, no próprio discurso do abuso. Passou-se a ver o tema que envolve meninas pequenas e sexualidade, então, como relacionado ao problema do abuso sexual de meninas inocentes e vulneráveis por homens adul-

tos, ou, ao contrário, de modo menos correto politicamente mas não menos presente, das garotinhas como pequenas sedutoras que “não são anjos”, como afirmou um juiz num caso de abuso infantil. Quero, então, abrir um debate sobre um conjunto de temas que, acredito, permanece oculto quando tratamos destas questões. Isto é, da continuada erotização das garotinhas pela mídia popular e da negação e da ignorância também onipresentes a respeito deste fenômeno.

A inocência infantil e as pequenas lolitas

Janie tem seis anos. Na sala de aula ela senta-se silenciosa e bem comportada, a epitome da garotinha esforçada (*hard-working*), tão freqüentemente desprezada como desinteressante pela literatura educacional sobre o desempenho das meninas (Walkerdine, 1989). Ela fala muito pouco e parece estar constantemente consciente de estar sendo observada, consciente do modelo que apresenta à sua professora e aos seus colegas, como também a mim, sentada a um canto da sala, fazendo uma gravação. Ela sempre apresenta um trabalho imaculado e está acostumada a obter notas bastante altas. Ela pede para ir ao banheiro e sai da sala. Como carrega um rádio com fones de ouvido, escuto-a cruzar um saguão no qual uma turma está ouvindo música e fazendo movimentos ao som de um programa de rádio, e a quem a professora diz que façam de conta que são coelhinhos. Ela deixa este espaço e entra no banheiro silencioso e lá, sozinha, canta alto, para si mesma. Imagino-a balançando-se em frente ao espelho. A canção que canta é uma muito popular entre as meninas ao tempo em que eu realizava as gravações: “Oh Mickey”, de Toni Basil.

“Oh Mickey” é uma música cantada por uma mulher vestida como uma adolescente. No vídeo promocional desta canção, ela veste um traje completo de chefe da torcida (*cheerleader*), com uma saia muito curta e é rodeada por mulheres grandes e masculinizadas² chefes de torcida que conspiram para fazer com que ela pareça menor e mais feminina. “Oh Mickey, você é tão legal, você é tão legal, você me faz perder a cabeça”, ela canta. “Dê para mim, dê para mim, do jeito que puder, dê para mim, dê para mim, eu vou tomá-lo como um homem”. O que significa para uma garota de seis anos cantar estes versos altamente eróticos? Poder-se-ia argumentar que temos aqui uma intrusão da sexualidade adulta no mundo inocente da infância. Ou, talvez, porque ela tenha apenas seis anos tais letras não tenham importância porque ela é incapaz de entendê-las. Eu explorarei a questão da inocência infantil em mais detalhes e, ao invés de tentar desprezar o tema do significado como irrelevante, tentarei localizar estes significados no âmbito do estudo sobre as meninas pequenas e a sexualidade. Examinarei esta troca do espaço público e altamente supervisionado da sala de aula, no qual ela é “uma boa e bem comportada menina”, por um espaço discursivo bastante diferente, o espaço privado dos banheiros, o espaço da pe-

quena Lolita, da garotinha sexualizada, que não pode ser revelada na sala de aula confortavelmente asséptica. Analisarei, também, as mudanças neste movimento do inocente para o sexual, da virgem para a prostituta, da criança para a pequena mulher, do bem para o mal. Este é mais um lugar de corrupção dos jovens através da imitação (com todo o respeito à literatura sobre crianças, televisão e violência, por exemplo)? Ou devemos tentar contar um tipo diferente de história, um que difira marcadamente destas histórias prévias sobre meninas pequenas e que tente intervir no pesado silêncio que existe a seu respeito, no interior do feminismo e dos estudos culturais?

As crianças e o popular

Os Estudos Culturais têm tido pouco a dizer sobre as crianças pequenas. Sua agenda tem estado preocupada principalmente com a juventude masculina e feminina, com um pouco mais de idade. Não é de surpreender que isto tenha ocorrido desta maneira, dada a preocupação desses estudos com o tema da resistência: se as adolescentes têm que lutar para marcar um lugar (McRobie, 1980), crianças muito pequenas certamente têm um lugar pouco significativo quando se trata de demarcar resistências. Entretanto, estudos da mídia, por comparação, têm estado preocupados com a audiência das crianças à televisão, especialmente no que diz respeito a sexo e violência, embora estas disciplinas não tenham nada a dizer sobre o consumo e sobre o envolvimento das crianças com outras formas e aspectos da cultura popular. Voltarei à questão da televisão, ao examinar o caso do pânico moral, nos anos 80, sobre a série *Minipops* do Canal 4. Mas desejo começar analisando algumas questões centrais sobre concepções de infância.

Pretendo explorar alguns dos “olhares” dirigidos às menininhas, os modos pelos quais elas são inscritas em vários discursos que competem entre si. Neste capítulo, concentrar-me-ei na figura da garotinha como um objeto psico-pedagógico e como a menina-mulher erotizada da cultura popular. Escrevi extensamente em outros lugares sobre a psicologia e a produção da educação da “criança” naquilo que Foucault cunhou como uma “ficção que funciona como verdade” (Walkerdine, 1984, 1998, 1989, 1992, 1993). Argumentei que “a natureza da criança” não é descoberta mas produzida em regimes de verdade criados naquelas mesmas práticas que proclamam o infante em todo o seu aspecto natural, que seria próprio dele. Escrevo “dele” propositadamente porque um dos pontos centrais do meu argumento tem sido o de que embora a criança seja tomada como neutra, em termos de gênero, de fato ela é sempre pensada como um menino, um menino que é ativo, criativo, desobediente, contestador de regras, racional. A figura da menina, por contraste, sugere uma patologia não natural: ela trabalha enquanto o menino é brincalhão, ela segue regras enquanto ele trata de quebrá-las, ela é boa, bem comportada, não racional. A feminilidade

torna-se o Outro da infância racional. Ela é tudo o que um menino não deve ser, daí o fato de sua presença, quando mostra os atributos acima referidos, poder ser considerada como a demonstração de um desenvolvimento patológico, uma infância inapropriada, um perigo e uma ameaça ao que é normal e natural. Entretanto, tentativas (e elas são inúmeras) para transformá-la na criança-ativa-modelo freqüentemente vêm de encontro a um conjunto de barreiras discursivas: uma menina ativa e afirmativa pode ser considerada como presunçosa, arrogante, exageradamente madura e demasiadamente precoce (em um estudo, uma professora de ensino fundamental chamou a uma menina de dez anos deste tipo de “madame”: ver Walkerdine, 1989)³. Empiricamente, então, “meninas” assim como “crianças” não são encontradas em estado natural. O que parecem pensar professores, pais/mães e outros é resultado de complexos processos de subjetivação (Henriques et al. 1984). Entretanto, embora este modelo de infância feminina seja logo patologizado, ele é também necessário: a menina boa e esforçada que segue as regras prefigura a imagem da mãe atenciosa, que usa sua irracionalidade para salvaguardar a racionalidade, para permitir que esta racionalidade se desenvolva (Walkerdine e Lucey, 1989). Pensemos, então, na ameaça à criança natural que advém da criança erotizada, da pequena Lolita, da garota que se apresenta como uma pequena mulher, mas não do tipo que proporciona cuidados, nutrição, proteção, mas da sedutora, da prostituta em oposição à boa garota virgem. Meu argumento é que a cultura popular deixa isto tomar forma no espaço asséptico da infância natural. O que é deixado de fora e o que é preservado no interior deste espaço ficcional?.

Os discursos da infância natural baseiam-se num modelo de racionalidade que ocorreria naturalmente, reforçando a idéia da infância como um estado inocente e imaculado, livre da interferência dos adultos. O próprio cognitivismo da maioria dos modelos de infância, da forma como estes modelos foram incorporados às práticas educacionais, deixa tanto o emocional quanto a sexualidade de lado. Embora Freud tenha apresentado uma noção bastante ampla de sexualidade infantil, foram antes os conceitos de repressão e os problemas de interferência dos adultos no desenvolvimento que foram incorporados às práticas educacionais ao invés da noção de sexualidade na infância como um dado ou fenômeno natural. De fato, é precisamente a idéia da sexualidade como uma noção adulta que macula a sã inocência de uma infância livre que emerge no interior da sala da escola fundamental que é o mais importante. A sexualidade adulta interfere com a singularidade (*uniqueness*) da infância, com seus estágios de desenvolvimento. A cultura popular, então, ao representar a intrusão da sexualidade adulta no espaço incontaminado da infância, é considerada muito prejudicial.

Visualmente estas posições podem ser diferenciadas nos vários olhares dirigidos à menina pequena. Imagens psico-pedagógicas são apresentadas de duas maneiras: o documentário fotográfico no qual a garotinha é vista sempre envolvida nalguma atividade educacional e nunca é mostrada encarando a câmera, e

o livro de ilustrações do tipo história em quadrinhos no qual ela aparece como uma figura unissex arredondada (mas não curvilínea), de face sorridente. Se começamos a examinar as imagens populares de meninas pequenas, percebemos que elas apresentam um contraste marcante. Não tenho espaço neste trabalho para explorar detidamente esta questão mas farei uma referência a fotos de moda em jornais e revistas, a anúncios de TV como, por exemplo, o dos carros Volkswagen, dos iogurtes Yoplait e do filme Gold da Kodak. Todos apresentam uma garotinha muito atraente e altamente erotizada, freqüentemente (pelo menos nestes três anúncios de TV) com cabelos loiros e ondulados, quase sempre maquiada e com um olhar que sedutoramente retorna o olhar da câmera. De fato, tais tomadas fotográficas têm mais similaridade com imagens provenientes da pornografia infantil do que com imagens psico-educacionais. Entretanto, os anúncios populares e as imagens de moda estão em toda parte: eles são parte da nossa vida cotidiana, de nossa cultura e não podem ser tomados como equivalentes à pornografia infantil.

Não seria difícil tentarmos demonstrar que tais imagens são uma versão *soft* da pornografia infantil e que elas exploram as crianças ao introduzir a sexualidade adulta no campo da inocência infantil. Neste sentido, então, podem ser entendidas como as precursoras do abuso sexual da criança, do mesmo modo que a pornografia foi entendida por algumas feministas como a precursora do estupro. Entretanto, sinto que esta interpretação é excessivamente simplificada. A erotização das garotinhas é um fenômeno complexo, no qual um certo aspecto da sexualidade feminina e da sexualidade infantil é entendido como corruptor de um estado de inocência. A culpa é atribuída tanto aos homens: maus, abusadores e portanto portadores de uma patologia quanto, inversamente, às pequenas lolitas que tentam os homens. Mas as imagens populares das garotinhas atraentes e sedutoras, ao mesmo tempo inocentes e intensamente eróticas, estão incluídas nos locais mais respeitáveis e mundanos: nos jornais tradicionais, nas revistas femininas, nos anúncios de TV. O fenômeno de que falamos, portanto, deve ser muito mais penetrante do que uma abordagem do tipo maçã podre associada a homens maus, abusadores, patologizados. Refere-se não a alguns pervertidos mas a um complexo processo de construção de um olhar contraditório dirigido às meninas, um olhar que as coloca ao mesmo tempo como ameaça e sustentação da racionalidade, pequenas virgens que poderiam ser prostitutas, que devem ser protegidas ainda que constantemente tentadoras. A complexidade deste fenômeno – visto por um lado como a produção cultural das meninas pequenas como objetos ambivalentes e, por outro, como o modo pelo qual as próprias meninas e os adultos vivem esta complexidade e como isto produz sua subjetividade – ainda não começou a ser explorada.

Pretendo apontar vários modos pelos quais esta questão pode ser frutiferamente examinada (todos são desenvolvidos em Walkerdine, 1998).

A feminilidade erotizada e a garota de classe trabalhadora

Retornemos a Janie e à sua cantoria clandestina. Tive alguns pruridos em mostrar que Janie apresenta para o mundo público da sala de aula a face da feminilidade diligente e esforçada que, embora patologizada ainda é desejada. Ela reserva a face menos aceitável da feminilidade para espaços mais privados. Imagino-a dançando, enquanto canta em frente ao espelho: esta ação pode ser entendida como uma representação, como a fantasia que a faz imaginar-se como outra pessoa ou algo diferente. Quero chamar a atenção para as contradições no modo pelo qual a criança-mulher erotizada é uma posição apresentada publicamente para que a menina a assuma mas que é simultaneamente tratada como uma posição que elimina a inocência infantil, que permite a entrada da prostituta e torna a menina vulnerável ao abuso. A entrada da cultura popular na vida familiar e educacional da menina pequena é, portanto, vista com suspeita, como uma ameaça colocada pelo rebaixamento de padrões, pela intrusão da baixa cultura contra a alta cultura. O consumo da cultura popular é entendido como responsável por fazer com que a menina de classe trabalhadora seja vista como enfrentando maior risco potencial de se tornar vítima mas também perpetradora (como foi proposto, de modo similar, em relação aos meninos pequenos e violência, com o devido respeito, no caso da morte de James Bulger). A fantasia de Janie macula o espaço incontaminado da sala de aula. Mas qual a fantasia de Janie e na intersecção de que fantasias complexas ela está inscrita? Quero explorar algumas das ficções populares sobre as meninas de classe trabalhadora e apresentar o modo pelo qual a erotização significa para elas a possibilidade de uma vida melhor e diferente, naquilo que para elas apresenta-se como *a carreira*. O controle da sexualidade, vista como interferência numa infância inocente, está em agudo contraste com isto.

O cinema tem apresentado inúmeras descrições de garotinhas capazes de produzirem uma transformação nas suas vidas e nas dos outros, desde Judy Garland n' *O Mágico de Oz*, passando por Shirley Temple, *Gigi*, *My fair lady*, até a órfã *Annie*. Na maioria destes filmes, a transformação efetuada relaciona-se com a classe social e com dinheiro conseguidos pela intervenção de uma admirável garotinha. Charles Eckert (1991) argumentou que Shirley Temple foi freqüentemente retratada como uma órfã, no tempo da Depressão, tendo a função de enternecer os corações dos mais aquinhoados de modo que eles a identificassem como uma dos pobres, nem suja nem radical, mas adorável, facilitando, assim, seus atos de caridade através de doações. De um modo similar, *Annie* é apresentada como uma órfã que, pertencendo à classe trabalhadora, representa o isolamento de uma pobre menina, sem lar, sem pais, sem grupo comunitário. Ela também tem que amaciar o coração de um milionário dos armamentos, *Daddy Warbucks*, tornando-o menos rude, ao mesmo tempo em que encontra a própria felicidade, por força de sua própria personalidade encantadora. É por

estes meios que ela assegura seu futuro no interior de uma família rica, que ela cria, ao juntar *Daddy Warbucks* e sua secretária *Grace*. Ao nos concentrarmos apenas nesses dois personagens, é possível perceber que as garotinhas de classe trabalhadora são objeto de intensas projeções. Ela são figuras de um imenso poder transformador, que podem fazer com que o ricos amem, solucionando, assim, problemas sociais e políticos de monta; e, no processo, podem melhorar de modo incomensurável suas próprias vidas⁴. Ao mesmo tempo, apresentam a face de uma classe que tornou-se uma sub-classe, menosprezada, desorganizada, órfã, para quem só há um caminho: o aburguesamento. Assim, tornam-se a epítome do proletariado, menos ameaçador, femininizado, e, portanto, emasculado. Além disto, Graham Greene apontou para algo não mencionado nas histórias de sedução inocente: a coqueteria sexual de Shirley Temple. Ao mostrar a erotização pedofílica da artista, acabou provocando o fechamento da revista *Night and Day*, da qual era editor, depois que a mesma foi processada por injúria em 1936.

O que carrega a imagem atual da garotinha erotizada? Que fantasias são projetadas sobre ela e como estas fantasias interagem com os cenários de fantasia que as meninas de classe trabalhadora criam para si mesmas e para suas vidas? Explorei aspectos da vida de uma destas meninas em outro lugar (Walkerdine, 1993, 1998).

Se ela está simultaneamente significando tantas coisa entendidas como boas e más, não é de se admirar que as meninhas reais possam considerar sua situação assustadora. Seria fácil classificar a erotização privada de Janie e de outras meninas como resistência à posição definida para ela na escola e na alta cultura, mas espero ter demonstrado que isto seria demasiadamente simplista.

Fantasias de sedução

Vejamos então o que a psicanálise tem dito sobre a sedução e a erotização das meninas pequenas. É fácil localizar a teoria freudiana da sedução e seu relato de uma sexualidade infantil auto-erótica. Podemos, também, apontar as críticas à teoria da sedução especialmente a acusação de que a psicanálise ignorou o abuso à criança, a ampliação do espectro do abuso como um fenômeno disseminado e os recentes ataques a terapeutas por terem produzido “falsas memórias” de abusos que nunca aconteceram a seus/suas clientes. Neste sentido, então, o tema das meninas pequenas e sexualidade pode ser visto como um campo minado de afirmações e contra-afirmações, focalizando questões de fantasia, memória e realidade. Se desejamos, no entanto, examinar a sexualidade e as meninas pequenas como um fenômeno cultural, somos confrontados pela negação dos processos culturais: ou as meninhas têm uma sexualidade que deriva de suas fantasias de sedução pelos seus pais ou são inocentes a respeito

da sexualidade que lhes é imposta a partir de fora por homens maus e patologizados que delas abusam, que as seduzem e estupram. Do ponto de vista cultural somos deixados com uma escolha desoladora: a sexualidade nas meninas pequenas é natural, universal e inevitável ou, entra em ação um tipo de olhar masculino (*male gaze*), do gênero descrito por Laura Mulvey, no qual as meninas são produzidas como objetos de um olhar masculino adulto. Elas não têm fantasias próprias e, no sentido lacaniano, poderíamos dizer que “a menina pequena não existe senão como sintoma e mito do imaginário masculino”; ou, segundo o modelo de abordagem do grupo “Mulheres contra violência contra mulheres”, de que “porno é a teoria, estupro é a prática”, poderíamos concluir que “as representações populares de garotas pequenas erotizadas constituem a teoria e o abuso sexual de crianças, a prática”. As fantasias das meninas constituem um problema em todas estas narrativas porque apenas Freud creditou a elas fantasias próprias, embora Freud, como outros que trabalhavam com psicopatologia naquela época, tenha tornado claro que acreditava que a sexualidade feminina era o enigma central. De fato, sua questão mais importante foi “o que deseja a mulher, o que deseja a menina pequena”? Uma questão para a qual Jacqueline Rose, em sua introdução a escritos de Lacan sobre sexualidade feminina (1985), afirma que “todas as respostas, incluindo [a que diz que ela deseja] a mãe, são falsas. Ela simplesmente deseja.” Assim, as meninas pequenas têm um desejo sem objeto, um desejo a ser colonizado, de fato, por fantasias masculinas, fantasias estas que criam o desejo feminino à sua própria imagem. Certamente o trabalho original de Laura Mulvey, de 1974, sobre o olhar masculino no cinema foi muito analisado e criticado (p. ex. *Screen*, 1992). Mas a posição ficou de certo modo polarizada, com críticas a favor e contra a psicanálise, com aqueles que se opunham à psicanálise apontando para suas tendências universalizantes e utilizando o conceito de “fantasia social”. Entretanto, o que não fica claro nestas críticas é como os críticos iriam lidar com a intersecção do social com o psíquico. Não há problemas em opor-se à psicanálise, mas os processos culturais não acontecem todos em um mundo racional e consciente. Como então fazer justiça aos aspectos psicológicos desta questão sem reducionismos?

Retornemos aos argumentos da psicanálise sobre a sexualidade. Laplanche e Pontalis (1985) discutem a sedução em termos de “sedução nas fantasias dos pais/mães (*parents*)”. Essas fantasias podem ser entendidas em termos do complexo entrelaçamento entre as histórias parentais e os regimes de verdade, as fantasias culturais que circulam no social. Isso pode soar como uma teoria da socialização, mas socialização implica a aprendizagem de papéis e o assumir estereótipos. O que temos neste caso é o complexo entrelaçamento de muitos tipos de fantasias tanto sociais, como em Gerathy e outros (1991), como psíquicas, segundo o significado clássico da psicanálise. Lacan, certamente, argumentou que o sistema simbólico estava carregado de fantasias sociais que eram

psíquicas em sua origem, um argumento que ele construiu recorrendo ao estruturalismo de Saussure e Lévy-Strauss. Entretanto, é possível entender como é complexo conceber a relação psíquico/social sendo produzida não em categorias a-históricas e universais, mas em termos de regimes de significado e regimes de verdade historicamente específicos (Henriques et al., 1984).

Todavia, os argumentos de Freud pretenderam afirmar uma “sexualidade infantil”. O que ele quis mostrar foi que as sensações corporais experimentadas pelo bebê poderiam ser muito prazerosas, mas que este prazer era, de certo, atravessado pela dor, uma presença marcada pela ausência de quem que lhe dispensava cuidados, usualmente a mãe. Neste contexto, as crianças pequenas poderiam aprender, de uma maneira onipotente, que também era possível proporcionar estas sensações prazerosas a si mesmas, logo que aprendiam que, em fantasia, poderiam controlar a ausência e a presença das mães, segundo o famoso exemplo de Freud do jogo do carretel de linha. Assim, para Freud, não existe *tabula rasa*, nenhuma criança é inocente. As primeiras sensações de prazer da criança estão já marcadas pelas fantasias inerentes à presença ou ausência do Outro. Entretanto, como mostram Laplanche e Pontalis, a sexualidade infantil, marcada por uma “linguagem infantil da ternura”, é atravessada pela introdução de uma “linguagem” adulta, a linguagem da paixão. “Esta é a linguagem do desejo, necessariamente marcada pela proibição, a linguagem da culpa e do ódio, incluindo o sentido orgástico do prazer” (Laplanche e Pontalis, 1985:15). Até onde esta perspectiva nos leva na hora de classificar os problemas associados aos modelos de inocência infantil ?

O modelo sugere que existem dois tipos de sexualidade: uma infantil, associada aos prazeres corporais, e uma adulta que impõe uma série de significados sobre estes prazeres. Deveríamos apontar aqui, entretanto, que Laplanche e Pontalis vão ao ponto de sugerir que nem todas as fantasias são apenas oriundas da criança, mas que pais/mães impõem também algumas das suas. A sexualidade, então, se desenvolveria mesclando as duas ordens de fantasias, com toda sua complexidade psíquica. Ilustrarei isto brevemente, fazendo referência a um estudo anterior (Walkerdine, 1985) no qual discuti o apelido dado a mim por meu pai, Tinky, uma abreviatura para Tinkerbelle, do qual me lembrei por influência do apelido Dodo, dado por Mr. Cole à sua filha de seis anos, Joanne. Argumentei que Tinky e Dodo faziam parte das fantasias dos pais sobre suas filhas: uma fada de tamanho diminuto mas com incríveis poderes, por um lado, e com um nome preservado de bebê (Dodo é uma pronúncia infantil para JoJo), por outro. Mas dodo é também um pássaro extinto, ou para Mr. Cole, aquele atributo (não mais existente) preservado em sua relação fantasiosa com sua filha: o de ser um bebê. Joanne não é mais um bebê, o seu tempo de bebê, assim como o dodo já desapareceram, mas são preservados na fantasia pelo apelido especial de Mr. Cole para sua filha. Ao designá-la assim, ele estrutura a relação entre eles: ela permanece um bebê. No caso da fantasia do meu pai, Tinky sig-

nificava para mim o quanto eu era especial para ele. Eu associava isto a uma fotografia minha com a idade de três anos, vencendo um concurso de fantasias, vestida como uma fada. Ali eu ganhei o concurso mas também “o ganhei”: meus charmes de fada eram correspondidos pela sua fantasia a meu respeito, designando-me “sua garota” e alimentando minhas fantasias edípicas.

Estou tentando demonstrar que tais fantasias não são unilaterais, nem do lado do pai, nem da menininha, mas, como o exemplo de Tinky ilustra, a “linguagem do desejo adulto” é inteiramente cultural. Tinkerbelle e as fadas são um fenômeno cultural que pode ser examinado em termos de sua semiótica e de sua emergência histórica bem como de sua produção e consumo. Meu pai não inventou Tinkerbelle ou as outras fadas. Ele usou, ao invés, fantasias culturais disponíveis para nomear algo que dizia respeito a seus complexos e profundos sentimentos por sua filha. Como resposta, eu, sua filha, levei estas fantasias ao meu coração e ao meu inconsciente, tornando-as minhas. Poder-se-ia, agora, argumentar que isso aproxima-se muito da posição original de Laura Mulvey, a partir de Lacan, de que a mulher (a garotinha) não existe (ou não tem fantasias que nela se originam) exceto como sintoma e mito da fantasia masculina. Mas estou tentando demonstrar que uma posição que sugere que as fantasias se originam apenas no homem adulto é uma posição excessivamente simplista. Meu pai poderia ter-me imposto Tinkerbelle mas meus próprios sentimentos por meu pai tiveram também um papel neste jogo.

Quero argumentar que a cultura carrega estas fantasias adultas, cria veículos para elas. Ela efetua a transformação disto, projetando sobre a criança a linguagem adulta do desejo. Nesta perspectiva, a pequena sedutora é um fenômeno complexo, fenômeno que carrega tanto o desejo sexual adulto quanto as fantasias altamente complexas da própria menina. Neste modelo não há lugar para a idéia de uma infância natural incontaminada na qual tais coisas são mantidas sob controle. Isso não se torna uma garantia de segurança para as crianças em relação à perversidade dos desejos adultos por elas, mas torna-se, sim, uma forte defesa contra o reconhecimento, por parte dos adultos, destes desejos perigosos. Nessa perspectiva de análise, a “proteção da criança” parece mais a proteção do adulto.

Quero, então, fazer uma distinção entre sedução e abuso. Fantasias sobre Tinky e Dodo falam de encantamento e de sedução mas não constituem abuso. Argumentar que elas são abuso é simplificar muito algo que é imensamente complexo.

Uma vez que a sedução é subsumida pelo discurso do abuso, questões de “sedução nas fantasias de pais/mães” ficam encobertas, na perspectiva que sugere que as fantasias sexuais adultas a respeito de crianças são privilégio apenas dos perversos, que devem ser mantidos sob controle, de modo a garantir a segurança das crianças e a inocência da infância. Mas se a inocência da infância é realmente uma defesa do adulto, fantasias adultas sobre as crianças e a erotização das meninas pequenas não é um problema que diz respeito a uma

minoria de pervertidos da qual o público em geral deveria ser protegido. Trata-se de fantasias disseminadas na cultura, as quais são também contrapostas, de forma igualmente vigorosa, por outras práticas culturais, sob a forma de práticas de bem-estar psico-pedagógicas e sociais que incorporam discursos da inocência infantil. Não pretendo sugerir que as crianças não necessitam ser protegidas. Longe disto. Meu argumento, ao contrário, é de que uma questão central, a das projeções sexuais adultas sobre as crianças, não está sendo discutida.

Ann Scott (1989) vê a sedutividade como uma forma de intrusão parental, na qual as crianças são seduzidas no interior das fantasias de seus pais/mães. Poderíamos acrescentar aqui: e no interior das fantasias da cultura. Tais fantasias, neste modelo, dizem respeito ao erotismo e à sexualidade adulta não resolvidos, por exemplo, o desejo pela mãe marcado pela proibição, projetado sobre as meninas pequenas: duplamente proibido e, portanto, duplamente excitante. A posição da cultura popular que admite que as garotinhas possam ser consideradas pequenas mulheres sexualizadas, oferece um espaço no qual as projeções adultas encontram a possibilidade para constituir as meninas pequenas como Outro – não como a criança racional ou a quase-mãe provedora de cuidados – no qual elas podem ser más. Este pode ser um espaço de imenso poder para as garotinhas e certamente um espaço no qual elas podem ser exploradas, mas isso não constitui abuso.

Assim, a questão da fantasia e da erotização de meninas pequenas no interior da cultura se torna um fenômeno complexo no qual as fantasias culturais, as fantasias dos pais e as fantasias edípicas das menininhas se mesclam e recebem uma forma cultural que as modela. Laplanche e Pontalis (1985) argumentam que a fantasia é o cenário para o desejo, “mas saber quem é responsável pelo cenário, não é suficiente para que o psicanalista confie nos recursos de sua ciência, nem no suporte do mito. Ele (sic) precisa tornar-se filósofo!” (p.17).

Em termos pós-estruturalistas isto deveria levar-nos ao domínio da produção de conhecimentos sobre as crianças e à produção do sujeito ético. Desejo explorar finalmente esta última conexão, ao sugerir vários cursos de ação e ao examinar o tema (brevemente), através do exemplo específico do “pânico moral”, a respeito da cultura popular e da erotização das crianças.

Minipops

Pretendo encerrar este capítulo examinando o caso *Minipops*, uma série transmitida pelo Canal 4 de TV, em 1983. A série apresentava crianças pequenas, meninas e meninos, brancas e negras, cantando canções atuais, vestidas com roupas de festa e pesadamente maquiladas. A série tornou-se objeto do que pode ser descrito como pânico moral. A intenção assumida do diretor era apresentar uma exibição de novos talentos, sendo a idéia original de sua filha, que gostava de se enfeitar e de cantar canções populares em casa. O furor causado

pelos programas provinha exclusivamente da classe média. Os jornais de formato convencional (*broad-sheets*)⁵ exigiam o final da série, sob o argumento de que nela era apresentada uma sexualidade que conspurcava e constituía uma intromissão na inocência infantil. Um crítico escreveu sobre “montanhas de batom em mini-bocas”. Os tablóides, ao contrário, amaram a série. Para eles, os programas representavam uma chance para que os talentos infantis aparecessem, para que encontrassem a fama. Não havia menções à erosão da inocência. Por que esta diferença? Seria fácil considerar os tablóides como exploradores, menos preocupados com as questões de exploração sexual já que estas floresciam em suas páginas e os jornais convencionais como guardiões do que seria moralmente desejável. Entretanto, penso que esta conclusão poderia ser errônea. Embora eu trate desta discussão com mais detalhes em outro lugar (Walkerdine, 1998), permitam-me mostrar aqui meu argumento de que a menina pequena erotizada apresenta uma fantasia de “outridade” para a menina pequena de classe trabalhadora. Ela é inscrita como alguém que pode operar uma transformação, que é também uma auto-transformação, que é também um poder de atrair sedutoramente. Não é de surpreender, portanto, que o discurso do tablóide seja sobre talento, descoberta, fama: todas transformações dos trapos à riqueza, da garota que vende flores à princesa, por assim dizer. Tal transformação não é necessariamente parte do discurso, da fantasia, da aspiração da classe média. Antes, para a classe média, a infância é um estado a ser preservado, livre da intromissão econômica, produzindo a possibilidade da criança racional e brincalhona, que deverá tornar-se o/a profissional, racional, educado/a, um membro da “nova classe média”.

Gostaria de argumentar, então, que o exame deste complexo fenômeno cultural que eu descrevi brevemente requereria análises em todos os níveis que assinalai. Seria reducionista tratar de um sem os outros.

A sedução e erotização de meninas pequenas é um fenômeno cultural complexo. Tentei demonstrar que o lugar das menininhas de classe trabalhadora é importante porque sua sedutividade desempenha um importante papel tanto em termos de uma transformação pessoal quanto social, uma transformação que pode ser entrevista nas fantasias de fama corporificadas em séries como *Minipops*. A figura da menina pequena de classe trabalhadora “carrega”, então, a transformação de uma emasculada classe trabalhadora em adoráveis cidadãos, ao mesmo tempo em que carrega o medo contra o qual a fantasia é uma defesa. Esta é a pequena Lolita: a prostituta, o contágio das massas, que colocará em perigo a segurança da ordem burguesa. Por outro lado, a proteção da criança – com a criminalização da perversão e a proteção de um espaço seguro para a infância inocente – pode ser vista como específica de uma classe e, de fato, como a fantasia de um espaço seguro que não tenha sido invadido pelas massas do mal.

Tentei apresentar uma compreensão dos processos inconscientes no interior disso tudo. Porque os processos psíquicos, como espero ter demonstrado,

formam um componente central do modo como fantasias sociais e culturais operam. Alguns poderão argumentar que o meu recurso à psicanálise apresenta tais processos psíquicos como universais e inevitáveis, mas tentei mostrar como o social e o psíquico combinam-se para formar fantasias particulares, num momento específico. Este é apenas um pequeno começo que pode ajudar-nos a encontrar uma forma de abordagem de um tema muito importante e que foi extremamente negligenciado na teoria cultural e feminista.

Notas

1. Este texto constitui o capítulo 15 da obra de: CURRAN, J., MORLEY, D. & WALKERDINE, V. (ed.) *Cultural Studies and Communications*. Londres: Arnold, 1996. p. 323-333
2. N.T.: A expressão *butch looking women*, do original em inglês, pode também ser utilizada para significar lésbicas.
3. N.T.: transcrevo aqui nota de T.T. da Silva em sua tradução de outro texto de V. Walkerdine: O raciocínio em tempos pós-modernos, publicado na Revista Educação & Realidade 20(2): 207-226, jul./dez. 1995: “em inglês, ‘madam’, que tem o significado, entre outros, de dona ou gerente de bordel”.
4. Meu trabalho anterior sobre filmes cômicos para garotas (Walkerdine, 1985) mostrou que ficções muito similares ocorriam nas histórias cômicas dirigidas a garotas da classe trabalhadora.
5. N. T. para distinguir dos tablóides ingleses, geralmente considerados sensacionalistas.

Referências Bibliográficas

- ECKERT, C.. Shirley Temple and the House of Rockefeller. In: C. Gledhill (ed.). *Stardom*. Londres: Routledge, 1991.
- GERAGHTY, C. *Women and Soap Opera*. Oxford: Polity Press, 1991.
- HENRIQUES, J., HOLLWAY, W., URWIN, C., VENN, C. e WALKERDINE, V. Changing the Subject: Psychology, Social Regulation and Subjectivity. Londres: Methuen., 1984.
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B. Fantasy and the Origins of Sexuality. In: V. Burgin, J. Donald e C. Kaplan (eds.) *Formations of Fantasy*. Londres: Routledge, 1985.
- McROBBIE, A. Settling accounts with subcultures. *Screen Education*, 34, 1980: pp37-50.
- ROSE, J. Introduction. In: J. Lacan and the Ecole Freudienne *Feminine Sexuality*. Londres: Macmillan, 1985.
- SCOTT, A. Seduction and Child Abuse. *Feminist Review*, 31, 1989: pp37-50
- SCREEN. *The Sexual Subject*. Londres: Routledge, 1992.
- WALKERDINE, V. Developm'tal Psychology and the Child Centred Pedagogy. In:

- Henriques, J. et al. *Changing the Subject: Psychology, Social Regulation and Subjectivity*. Londres: Methuen, 1984.
- _____. Video Replay. In: Burgin, V., Donald, J. e Kaplan, C. (eds.) *Formations of Fantasy*. Londres: Routledge, 1985.
- _____. *The Mastery of Reason*. Londres: Routledge, 1988.
- _____. *Counting Girls Out*. Londres: Virago, 1989.
- _____. 'Reasoning in a Post-modern Age, trabalho apresentado na Fifth International Conference on Thinking. Australia: Townsville, 1992.
- _____. Beyond Developmentalism. *Theory and Psychology*, 3 (4), 1993. pp. 451-9.
- _____. *Daddy's Girl: Young Girls and Popular Culture*. Londres: Macmillan, 1998.
- WALKERDINE, V. e LUCEY, H. *Democracy in the Kitchen: Regulating Mothers and Socialising Daughters*. Londres: Virago, 1989.

Tradução de Maria Isabel E. Bujes